

GUIA DE PETICIONAMENTO ELETRÔNICO

DETRAN



Introdução

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI!) é uma plataforma que engloba um conjunto de módulos e funcionalidades que promovem a eficiência administrativa.

Trata-se também de um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos, com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho, tendo como principais características a libertação do paradigma do papel como suporte físico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento.

Este manual visa instruir de maneira clara e objetiva sobre os procedimentos que deverão ser adotados por você usuário externo, quando houver o interesse em participar de demandas realizadas pelo poder Executivo do Maranhão no âmbito do **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO MARANHÃO**.

Vamos lá?

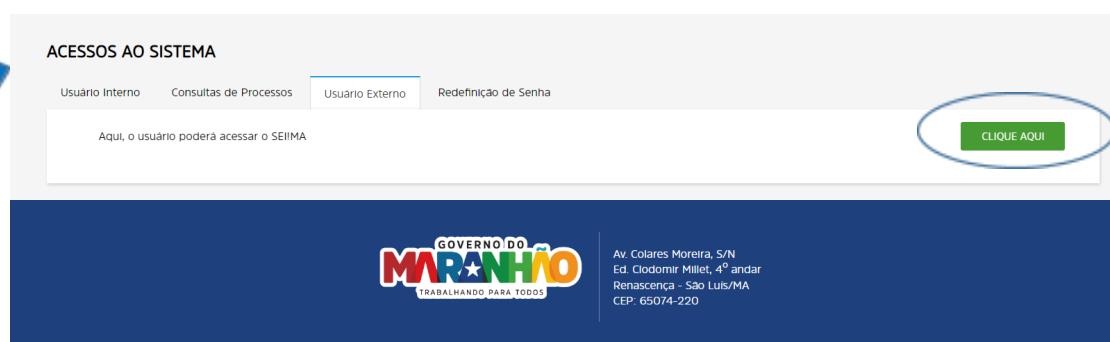
Você já possui um cadastro?

Se você ainda não possui um cadastro no sistema SEI, verifique a área de Usuários Externos no Portal do SEI e siga os passos para realizar seu cadastro. Para acessar o sistema, digite: www.portal.sei.ma.gov.br no seu navegador.

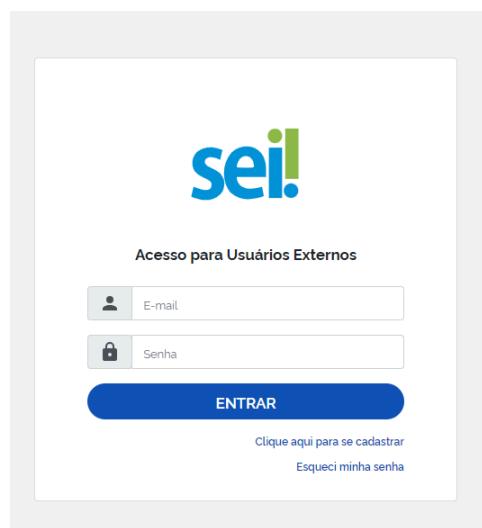
Acessando o Sistema SEI – USUÁRIO EXTERNO

Para acessar o sistema, digite: www.portal.sei.ma.gov.br no seu navegador.

Na página inicial do Portal, role até o fim da página para “Acessos ao Sistema” e clique na opção “usuário externo”.



Em seguida você será direcionado a tela de **login** do sistema:

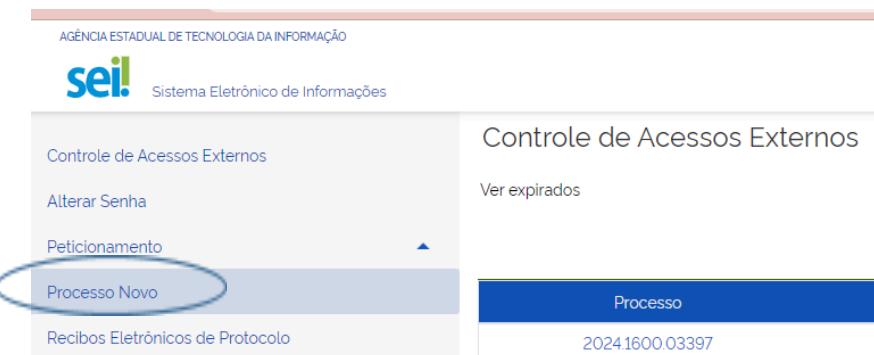


No campo “**Usuário**” informe o e-mail cadastrado por você no sistema.

No campo “**Senha**” informe a sua senha cadastrada, em seguida, clique em “Entrar”.

Realizando o Petionamento de um Processo Novo

Na tela inicial do Acesso Externo, clique na opção Petionamento > Processo Novo.



O sistema exibirá a tela de Petionamento e você deverá indicar o **DETRAN** como órgão que deseja protocolar um documento e iniciar o processo.

Cada órgão disponibiliza sua relação específica de tipos de processos disponíveis para serem abertos pelo Usuário Externo, selecione o órgão e em seguida clique sobre a opção de tipo de processo que corresponde a sua solicitação.

RELAÇÃO DE TIPOS DE PROCESSO – DETRAN

Tipo de processo	Solicitação
<p>Especificação Desbloqueio de média monta</p> <p>Orientações gerais</p> <p>Processo dedicado para solicitação de desbloqueio de veículos que sofreram acidente e foram bloqueados com anotação de média monta</p> <p>Documentos necessários</p> <ul style="list-style-type: none">CRV e CRLV último exercício ou b.o ou declaração de extravio perda/extravio ou CRLV-eCertificado de segurança veicular ""SISCSV""Vistoria detranComprovante de residência ou declaração BOAT – boletim de ocorrência de acidente de trânsitoDocumento de identificação - PFCartão CNPJ se o requerente for pessoa jurídicaDocumentos PJ se o requerente for pessoa jurídicaTaxa de serviço 00012 – mudança de dados do proprietário/veículoNota fiscal do serviços e peças utilizadasNada constaAlvará vigente em casos de veículo na categoria aluguel	
<p>Especificação Reclassificação de dano</p> <p>Orientações gerais</p> <p>Processo dedicado para solicitação de desbloqueio de veículos que sofreram acidente e foram bloqueados com anotação de Grave Monta, e foram designados para sucata. O proprietário pode através deste processo solicitar a reclassificação para média monta e voltar a circular</p> <p>Documentos necessários</p> <ul style="list-style-type: none">Laudo de avaliação técnica assinado por engenheiro profissionalBOAT – boletim de ocorrência de acidente de trânsitoCRV e CRLV último exercício ou b.o ou declaração de extravio perda/extravio ou CRLV-eDocumento de identificação - PFCartão CNPJ se o requerente for pessoa jurídicaDocumentos PJ se o requerente for pessoa jurídica	

Tipo de processo	Solicitação
<p>Especificação Justificativa de falta de exame</p> <p>Orientações gerais</p> <p>Processo dedicado a candidatos que faltaram para um dos exames, teórico ou prático</p> <p>Documentos necessários</p> <p>Cópia do documento de identificação com CPF</p> <p>Documentos que justifiquem a falta (atestado, declaração do trabalho, etc)</p>	
Tipo de processo	Solicitação
<p>Especificação Identificação de condutor de infrator</p> <p>Orientações gerais</p> <p>Processo dedicado a condutores que foram multados e desejam identificar o real infrator.</p> <p>Documentos necessários</p> <p>Cópia da habilitação do infrator;</p> <p>Documento de identificação do proprietário com CPF;</p> <p>Cópia do contrato e/ou alteração social no caso de pessoa jurídica;</p> <p>Procuração caso não conste o nome do requerente no Contrato social no caso de PJ</p> <p>Cópia da infração</p>	
Tipo de processo	Solicitação
<p>Especificação Alteração no prontuário da cnh</p> <p>Orientações gerais</p> <p>Processo dedicado a condutores que desejam realizar alteração nos dados pessoais, ou realizar correção nestes dados, tais como: nome, data de nascimento, filiação</p> <p>Documentos necessários</p> <p>Cópia da CNH em caso de perda ou roubo, apresentar BO</p> <p>Cópia da carteira de identidade com alterações</p> <p>Cópia da certidão de nascimento/casamento se houver alteração de data de nascimento ou nome da mãe/pai. em casos de certidões sem averbação, anexar documento referente a alteração de nome do pai/mãe.</p> <p>Cópia de documento de reconhecimento de paternidade, decisão judicial ou averbação/observações em certidão ou adoção</p>	

Tipo de processo	Solicitação
<p>Especificação Baixa total de veículo</p> <p>Orientações gerais</p> <p>Processo dedicado a proprietários que desejem solicitar a baixa total do registro do veículo, comunicar que o veículo deixou de existir.</p> <p>Documentos necessários</p> <p>Taxas de serviços pagas referente a baixa total;</p> <p>CNda consta;</p> <p>Devolução de placas ou B.O.;</p> <p>Parte que contém a numeração do chassi apenas parte que contém a numeração;</p> <p>CRV e CRLV último exercício ou B.O. ou declaração de extravio perda/extravio ou CRLV-e</p> <p>Laudo pericial do acidente se for o caso de acidente;</p> <p>Nota de venda ou leiloado como sucata resolução 11 e 179/1998 - contran;</p> <p>Documento de identificação com cpf se pessoa física;</p> <p>CNPJ se pessoa jurídica;</p> <p>RG/CPF ou CNH do titular ou sócio-diretor da empresa;</p> <p>Se firma individual: registro na jucema;</p> <p>Se firma coletiva: contrato social e alterações/aditivos registrados na JUCEMA; se sociedade anônima: ata de constituição, estatuto social, ata da assembleia geral e ata de posse da última diretoria eleita</p>	
<p>Especificação Conversão de carteira de habilitação estrangeira para nacional</p> <p>Orientações gerais</p> <p>Para cidadãos estrangeiros que desejam converter a habilitação do país de origem para a CNH nacional</p> <p>Documentos necessários</p> <p>RNM ou RNE</p> <p>Cartão do CPF</p> <p>Carteira de habilitação estrangeira necessariamente dentro do prazo de validade</p> <p>Cópia do passaporte/visto válido para países que exigem visto</p> <p>Cópia de comprovante de residência quando possuir comprovante em seu nome</p> <p>Declaração de residência autenticada que reside no endereço apresentado quando não possuir</p> <p>Comprovante em seu nome mais o comprovante de residência em nome do titular</p>	

Cópia da tradução juramentada da carteira de habilitação estrangeira com equivalência de categorias, exceto se a carteira de habilitação for escrita na língua portuguesa ou espanhola

Certidão, certificado ou declaração de prontuário emitida pela autoridade de trânsito do país ou declaração emitida pelo consulado do respectivo país, no Brasil

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Devolução de taxa ou multa

Orientações gerais

Solicitar devolução de valores pagos em dobro, ou de maneira equivocada.

Documentos necessários

Comprovantes de pagamentos das taxas

Cópia de documento de identificação com CPF

Cópia de cartão ou dados da conta corrente com informação do dígito da agência

Autorização em se tratando de conta de terceiro

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Reinício de processo de habilitação (permissionário penalizado no período da permissão

Orientações gerais

Para condutores permissionários que sofrem pontuação grave ou gravíssima e devem reiniciar o processo de habilitação

Documentos necessários

Cópia do documento de identificação com cpf

CNH original

B.O. caso de perda ou roubo/furto

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Retirada de restrição de cnh bloqueada por pontos

Orientações gerais

Para condutores que tiveram sua CNH bloqueada por excesso de pontos

Documentos necessários

Texto: "reporto-me através deste documento para solicitar que seja retirada a restrição para realização do procedimento de habilitação (mudança de categoria, renovação, 2ª via, etc) até a efetiva aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir. Ficando ciente de que o impedimento é decorrente da somatória de 20 pontos ou mais no período de 12 meses e que, uma vez esgotados todos os meios de defesa das infrações na esfera administrativa a pontuação será considerada para fins de instauração de

processo administrativo pela autoridade competente, assegurados a ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal, nos termos do art. 4º da deliberação 163/2017 do contran"

Cópia do documento de identificação com CPF

CNH original

B.O em caso de perda ou roubo/furto

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Aquisição de veículo por leilão

Orientações gerais

Para adquirentes de veículos de leilão

Documentos necessários

Edital

DANFE SEFAZ

Recibo leiloeiro / Nota de venda original

Comprovante de residência/declaração

Documento de identificação com CPF se pessoa física

Cartão CNPJ se pessoa jurídica

Documentos de pessoa jurídica em caso de pessoa física

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Transferência de veículo por herança

Orientações gerais

Quando se faz necessário realizar a transferência de veículos originários de espólio

Documentos necessários

Escritura pública de inventário ou alvará judicial

Certidão de óbito

CRV ou B.O./declaração de perda ou extravio ou CRLV-e

Comprovante de residência ou declaração

Documento de identificação requerente/herdeiro

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Mudança de placa de 2 para 3 letras

Orientações gerais

Para proprietário de veículos de 2 letras

Documentos necessários

Laudo de vistoria

7 (sete) fotos nítidas vista frontal, lateral direita, lateral esquerda, traseira, motor, chassi e câmbio

Cópia autenticada da declaração de licitude de motor com firma reconhecida por autenticidade

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Suspeita de clonagem

Orientações gerais

Quando proprietários de veículos suspeitarem de forma fundamentada que seu veículo foi clonado.

Documentos necessários

Cópias reprográficas: do documento de identificação pessoal do requerente e do CPF para pessoas naturais; do contrato social e suas alterações e do cnpj para pessoas jurídicas; do CRLV-e; da notificação de autuação por infração de trânsito que incidiu indevidamente sobre o veículo, se houver; da imagem do veículo, no caso de infração registrada por sistema automático, metrológico ou não-metrológico de fiscalização; do microfilme do auto de infração de trânsito lavrado por agente de trânsito, se houver; do recurso interposto perante órgão autuador, quando se tratar de multas autuadas por órgão autuador diferente do DETRAN-MA;

Fotografias coloridas da frente, da traseira e das laterais do veículo, devendo ser descritos ou indicados todos os pontos divergentes entre o veículo clonado e o veículo dublê ou clone; informações que possibilitem a comprovação da existência de veículo dublê ou clone;

Cópia do expediente que autorizou a remarcação de chassi, na hipótese em que a identificação do chassi e agregados demonstrar que a gravação não é original ou que tenha ocorrido a sua substituição;

Laudo de vistoria de identificação veicular;

Cópia do boletim de ocorrência policial, noticiando a existência de outro veículo com a mesma identificação alfanumérica;

Outros dados informativos que o requerente entenda úteis à comprovação da existência de outro veículo com a mesma identificação alfanumérica;

A troca das placas de identificação do veículo substituindo os caracteres alfanuméricos de identificação será autorizada na hipótese de comprovação da existência de duplicatas ilegalmente clonadas, comumente denominado como veículo clonado

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento de empresa de ensino remoto

Orientações gerais

Para empresas candidatas ao ministrarem ensino teórico de forma remota

Documentos necessários

Contrato Social da Empresa registrado na Junta Comercial

QSA – quadro de sócios e administrador (consulta no CNPJ) e/ou Certidão Simplificada da Junta Comercial

Comprovante de inscrição no CNPJ

Certidão Negativa de Débitos e de Dívida Ativa da União
Certidão Negativa de Débitos e de Dívida Ativa do Estado
Certidão Negativa de Débitos e de Dívida Ativa do Município
Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica
Alvará de funcionamento, expedido pela Prefeitura
Comprovante de pagamento da taxa de credenciamento de pessoa jurídica de código 101.07 da Lei Estadual nº. 10.329/2015
Especificações técnicas do sistema.
Cópia da Carteira de Identidade (sócios)
Cópia do CPF (sócios)
Certidões negativas criminais, emitida a menos de 30 (trinta) dias, (originais ou cópias autenticadas em cartório) (sócios)

Tipo de processo	Solicitação
<p>Especificação Credenciamento de cooperada p/parcelamento de multas</p> <p>Orientações gerais</p> <p>Para empresas candidatas a oferta se serviços de parcelamento</p> <p>Documentos necessários</p> <p>Requerimento com firma reconhecida, conforme modelo constante do Anexo I da Portaria Nº 1584/2019;</p> <p>Contrato, estatuto social e/ou regimento e suas alterações;</p> <p>Ata de eleição da diretoria em exercício, quando couber;</p> <p>Ato de outorga de poderes ao representante legal da empresa;</p> <p>Portaria do DENATRAN;</p> <p>Declaração, assinada por representante da empresa, informando que os seus sócios/diretores não possuem relação de parentesco, até o 3º grau, consanguíneos ou por afinidade, até o terceiro grau, com funcionários do DETRAN/MA, sejam estes concursados, estáveis, contratados, comissionados ou terceirizados, bem como se comprometendo a se abster em envolvimentos comerciais e outros que possam comprometer sua isenção na execução do serviço credenciado e de que não possui empregado menor de 18 (dezoito) anos, salvo na condição de Aprendiz a partir dos 16 anos de idade.</p> <p>Comprovante de inscrição no CNPJ</p> <p>Certidões negativas de débitos e dívida ativa das Fazendas Federal, Estadual e Municipal</p>	

Tipo de processo	Solicitação
<p>Especificação Credenciamento de empresa fabricante de simuladores</p> <p>Orientações gerais</p> <p>Para empresas candidatas a o credenciamento como fabricante de simuladores</p> <p>Documentos necessários</p> <p>Requerimento Diretor Geral do DETRAN/MA assinado pelo responsável legal pela empresa, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico;</p> <p>Contrato Social da Empresa registrada na Junta Comercial;</p> <p>Certidão atualizada da Junta Comercial do Estado/sede da empresa, emitida a menos de 90 (noventa) dias;</p> <p>Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.</p> <p>Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ</p> <p>Certidão Negativa de Débitos ou Dívida Ativa das Fazendas Federal, Estadual e Municipal</p> <p>Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF</p> <p>Alvará de funcionamento, expedido pela prefeitura (original ou cópia autenticada em cartório);</p> <p>RG/CPF ou CNH do titular ou sócio-diretor da Empresa.</p> <p>Comprovante de pagamento da taxa no valor de R\$ 500,00</p> <p>CPF e Carteira de Identidade dos sócios;</p> <p>Certidões Negativas de Ações Criminais da Justiça Estadual</p>	
<p>Tipo de processo</p> <p>Especificação Credenciamento de empresa de curso à distância para motoristas infratores 2023</p> <p>Orientações gerais</p> <p>Para empresas candidatas ao credenciamento como ofertante de cursos à distância de reciclagem de condutores infratores</p> <p>Documentos necessários</p> <p>Requerimento com firma reconhecida direcionado à Controladoria do Detran/MA.</p> <p>Comprovante de inscrição no CNPJ</p> <p>Contrato, estatuto social e/ou regimento e suas alterações.</p> <p>Endereço eletrônico</p> <p>Portaria de Homologação do Curso de Reciclagem à Distância pelo DENATRAN</p> <p>Certidões negativas de débito e de dívida ativa das Fazendas Federal, Estadual e Municipal;</p> <p>Proposta Pedagógica nos moldes do Art. 6º, da Resolução do CONTRAN nº 928/2022.</p> <p>Taxa referente ao Código nº 101.07 da Lei Estadual nº 10.326/2015 de R\$ 925,47</p>	

Tipo de processo	Solicitação
<p>Especificação Credenciamento de empresa de curso à distância</p> <p>Orientações gerais</p> <p>Para empresas que desejam ofertar cursos especializados na modalidade à distância</p> <p>Documentos necessários</p> <p>Requerimento com firma reconhecida direcionado à Controladoria do Detran/MA</p> <p>Comprovante de inscrição no CNPJ</p> <p>Contrato, estatuto social e/ou regimento e suas alterações</p> <p>Endereço eletrônico</p> <p>Portaria de Homologação do Curso de Reciclagem à Distância pelo DENATRAN ou do Curso autorizado pelo Denatran</p> <p>Prova de regularidade com os tributos das Fazendas Federal, Estaduais e Municipais</p> <p>Taxa referente ao Código nº 101.07 da Lei Estadual nº 10.326/2015 de R\$ 925,47)</p>	

Tipo de processo	Solicitação
<p>Especificação Credenciamento de empresa estampadora de placas</p> <p>Orientações gerais</p> <p>Para empresas candidatas ao credenciamento como estampadoras de placas</p> <p>Documentos necessários</p> <p>Requerimento com firma reconhecida por autenticidade, conforme modelo constante do Anexo I desta Portaria</p> <p>Contrato, estatuto social e/ou regimento e suas alterações.</p> <p>Ata de eleição da diretoria em exercício, quando couber.</p> <p>Ato de outorga de poderes ao representante legal da empresa</p> <p>Declaração, conforme Anexo II, assinada por representante da empresa, informando:</p> <p>1-que os seus sócios/diretores não possuem relação de parentesco, até o 3º grau, consanguíneos ou por afinidade, até o terceiro grau, com funcionários do DETRAN/MA, sejam estes concursados, estáveis, contratados, examinadores, comissionados ou terceirizados;</p> <p>2-que abstém em envolvimentos comerciais e outros que possam comprometer sua isenção na execução do serviço credenciado</p> <p>3 - que o proprietário ou sócios não foram condenados por crimes nas esferas federal e estadual</p> <p>4 - que não há registro de inidoneidade junto ao Tribunal de Contas da União;</p> <p>Comprovante de inscrição no CNPJ</p> <p>Alvará de funcionamento</p>	

Certidões negativas de débitos e dívida ativa das Fazendas Federal, Estadual e Municipal.
Certidão de regularidade com o FGTS
CRF
Atestado de idoneidade financeira da empresa e dos sócios emitida por instituição financeira
Certidão do Cartório de Títulos e Protestos do Município de inscrição da Pessoa Jurídica
Possuir estabelecimentos que realizem a atividade de estampagem, no padrão da Resolução CONTRAN nº. 780/2019, em todos os municípios em que o DETRAN-MA realiza atendimento para serviços de veículos, o que inclui a sede, a região metropolitana de São Luís e às CIRETRANS,
Comprovante de pagamento da taxa no valor de R\$ 675,00

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Acesso ao sistema SEATI

Orientações gerais -

-

Documentos necessários

Requerimento assinado por representante legal com indicação de e-mail e telefone da empresa de despachante credenciada;

Art. 2º, I, da Port. 894/2016

Fichas Cadastrais preenchidas com os dados de cada profissional pleiteante e assinadas pelo titular ou sócio da empresa de despachante credenciada; Art. 2º, II, da Port. 894/2016

Comprovante de residência de cada profissional pleiteante; Art. 2º, III, da Port. 894/2016

Documentos de identidade e CPF de cada profissional pleiteante; Art. 2º, IV, da Port. 894/2016

Termo de Responsabilidade Despachante, que está localizado na Portaria de credenciamento;

Obs: Pedir apenas para DESPACHANTE.

Art. 2º, VI, da Port. 894/2016

Verificar credenciamento do interessado na empresa (SEATI – comando “cia”);

Verificar máximo de 4 usuários cadastros no SEATI, incluindo o acesso que será pedido. (SEATI – comando “c01”)

Obs: Se o total ultrapassar o máximo de 4, solicitar requerimento com pedido de exclusão de usuários com acesso ao SEATI (lista nominal)

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento de agente financeiro para baixa

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Comprovante de recolhimento da taxa de credenciamento de Agente Financeiro no valor de R\$4997,54.

Tipo de processo**Solicitação****Especificação** Credenciamento de agente financeiro para incorporada**Orientações gerais**

-

Documentos necessários

Requerimento com firma reconhecida ao Diretor Geral do DETRAN/MA assinado pelo responsável legal pela empresa incorporadora, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico

Documento comprobatório de incorporação(Protocolo de Incorporação)

Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ

Tipo de processo**Solicitação****Especificação** Credenciamento de agente financeiro total**Orientações gerais**

-

Documentos necessários

Requerimento com firma reconhecida ao Diretor Geral do DETRAN/MA assinado pelo responsável legal pela empresa, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico;

Procuração;

OBS: não cobrar se o requerimento for assinado por sócio ou diretor

Ato constitutivo, Estatuto Social ou Contrato Social e último aditivo em vigor, registro na Junta Comercial;

Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Federal e Municipal;

Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF;

QSA – quadro de sócios e administrador (consulta no CNPJ) E/ou Certidão Simplificada;

RG/CPF ou CNH do titular ou sócio-diretor da Empresa. Obs: não exigir se tiver procuração pública

Comprovante de recolhimento da taxa de credenciamento de Agente Financeiro no valor de R\$4997,54;

OBS: Gerar no DETRANNET no menu Credenciamento Período de credenciamento de TODAS até 30/04/2026

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Razão social e fantasia

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Requerimento ao Chefe da Controladoria do DETRAN/MA assinado pelo responsável legal pela empresa, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico, para fins de atendimento.

ALTERAÇÃO no requerimento ou contrato social e o cartão CNPJ

Comprovante de pagamento da taxa no valor de R\$277,64.

Obs.: não aplicável em processo de recredenciamento

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Mudança de endereço de clínica

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Requerimento ao Diretor Geral do DETRAN/MA assinado pelo responsável legal pela empresa, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico;

Comprovante de Inscrição do CNPJ e Inscrição Municipal.

Habite-se do imóvel;

Alvará de funcionamento;

Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros;

Planta baixa;

Contrato de locação ou comprovação de sua propriedade;

OBS: Caso haja apresentação de contrato de locação deverá ser apresentada comprovação de propriedade do imóvel do locador;

Alteração do Contrato Social;

Comprovante de pagamento da taxa no valor de R\$150,00

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento ecv

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor,devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores, devendo constar do objeto social a atividade exclusiva de vistoria de identificação veicular, excetuando-se as pessoas jurídicas de direito público que se dediquem à atividade de ensino e pesquisa técnico-científica;

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Cópia da lei de criação em, se tratando de pessoa jurídica de direito público;

Cópia da Carteira de Identidade e atestado de antecedentes criminais e certidões de distribuição criminais, das Justiças estadual e federal, emitidas na jurisdição de domicílio, dos sócios e administradores;

Declaração dos sócios da empresa, com firma reconhecida, de que não possuem nenhum parente, consanguíneo ou relação conjugal, em linha reta ou colateral até o 3º (terceiro) grau civil, com servidor público ou pessoa relacionada a outras atividades credenciadas, cadastradas ou homologadas pelo DETRAN-MA, tais como Despachantes, Concessionárias de veículos, Centros de Formação de Condutores - CFC, Clínicas Médicas, e outras; conforme Modelo I do Anexo II, desta Portaria;

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ e cópia do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de seus sócios e administradores;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo à sede da pessoa jurídica;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo à sede da pessoa jurídica, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual ou estatutário;

Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da pessoa jurídica a ser credenciada, na forma da lei;

Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Comprovação, na forma da lei, de regularidade na entrega da Relação Anual de Informações Sociais ao Ministério do Trabalho e Emprego – TEM;

Certidão negativa de existência de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII -A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, expedida pela Justiça do Trabalho;

Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data do início do processo administrativo de habilitação, acompanhada de prova da competência expedida por cartório distribuidor;

Declaração dos sócios da empresa, com firma reconhecida, de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menores de 16 (dezesseis) anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, conforme o disposto nos incisos XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal; conforme Modelo II, do Anexo II, desta Portaria;

Alvará de Funcionamento, com data de validade em vigor, expedido pela Prefeitura do Município;

Atestado de regularidade emitido pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Maranhão;

Declaração, com firma reconhecida, firmada por seu representante legal de que disponibilizará de canal aberto de ouvidoria ou serviço de atendimento ao consumidor; conforme Modelo III, do Anexo II, desta portaria;

Apólice de Seguro de Responsabilidade;

Civil Profissional, segurada no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), e em vigor durante o prazo de validade do contrato de exercício dos serviços de vistoria de identificação veicular, em nome da contratada, para eventual cobertura de danos causados ao consumidor pela pessoa jurídica habilitada;

Comprovante de quitação do seguro contratado;

Declaração, com firma reconhecida, de abster-se de envolvimentos comerciais que possam comprometer a isenção no exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, assinada pelo representante legal da pessoa jurídica; conforme Modelo IV, do Anexo II, desta Portaria;

Contrato de locação ou escritura de propriedade do imóvel onde a atividade será desenvolvida, destinado ao CNPJ da ECV credenciada;

Planta baixa da instalação física e de acessibilidade, assinada por técnico registrado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, do imóvel destinado à realização das vistorias de identificação veicular, com descrição das instalações, instruída por croquis, em escala 1:100, e fotos coloridas de todas as dependências com móveis e equipamentos, identificando a existência contígua de local coberto exclusivo para a realização das vistorias com área mínima e atendimento aos critérios de acessibilidade, conforme legislação vigente e incluída instalação sanitária com acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, sendo vedado o uso de estruturas provisórias

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento da empresa de telemetria

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Requerimento ao Diretor Geral do DETRAN/MA assinado pelo responsável legal pela empresa, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico;

Contrato social, devidamente registrado no órgão competente;

Cópia da Carteira de Identidade e CPF dos sócios;

Certidões negativas, cível e criminal, dos sócios emitidas a menos de 30 (trinta) dias;

Comprovante de Inscrição do CNPJ;

Certidão atualizada da Junta Comercial do Estado/sede da empresa, emitida a menos de 90(noventa) dias;

Certidões negativas de débitos e de inscrição em dívida ativa, referentes a tributos e contribuições federais, estaduais e municipais;

Certidão de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;

Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica;

Alvará de localização e funcionamento fornecido pelo órgão competente;

Comprovante de pagamento da taxa de credenciamento de pessoa jurídica de código 101.07 da Lei Estadual nº. 10.329/2015;

Expedição de atestado de conformidade técnica expedido pela Coordenação de Informática –COINF, desta Autarquia.

OBS: Não cobrar no recredenciamento

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento de empresa de sistema de despachante

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Requerimento de credenciamento, de acordo com o Anexo I desta Portaria, firmado pelo representante legal da interessada;

Contrato, estatuto social e/ou regimento e suas alterações;

Ata de eleição da diretoria em exercício, quando couber;

Ato de outorga de poderes ao representante legal da empresa;

Cartão do CNPJ;

Prova de inscrição, no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou domicílio da pessoa jurídica, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível aos fins pretendidos para o credenciamento;

Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

Certidões de regularidade de débitos para com as Fazendas Municipal, Estadual e Federal;

Certidão de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;

Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida com até 90 (noventa) dias anteriores à data de entrega da documentação;

Declaração de que disporá de instalações, aparelhamento (incluindo hardwares e software), sem gerar qualquer ônus ao DETRAN/MA;

Carteira Profissional ou cópia autenticada da ficha de registro de empregados ou comprovação societária da empresa a ser credenciada de profissional de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, que atuará como preposto;

Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, pela pessoa jurídica a ser Credenciada, referente ao profissional Preposto, que comprove as seguintes qualificações:

- i. Coordenação de equipe para o desenvolvimento e manutenção de sistema utilizando transações do projeto RENAVAM (Registro Nacional de Veículos Automotores);
- ii. Experiência mínima de 5 (cinco) ano em desenvolvimento de sistema com transações do projeto RENAVAM (Registro Nacional de Veículos Automotores);
- iii. É vedada a indicação de um mesmo Preposto operacional por mais de uma interessada credenciada.

Comprovação de que o sistema apresentado contempla servidor web, instalado em ""Data Center"", com redundância de energia, condições apropriadas de refrigeração, manutenção 24 horas, gerência proativa dos sistemas básicos, cabeamento estruturado e firewall, onde estarão os servidores de arquivamento central do Sistema, com todos os dados relevantes dos registros armazenados de forma segura e com garantia de acessibilidade de, no mínimo, 95,0% (noventa e nove por cento) ao mês;

a) A comprovação deverá ser feita mediante apresentação do instrumento de contratação de empresa de locação de servidores nas dependências do Data Center, este último acompanhado de declaração da contratada certificando que o contrato se encontra vigente;

Declaração, subscritas pelo representante legal da interessada de que aceita as regras e condições estabelecidas para a obtenção da homologação do sistema e credenciamento constantes desta Portaria;

Declaração, subscritas pelo representante legal da interessada de que dispõe de infra-estrutura física adequada, de recursos tecnológicos de hardware e software e de pessoal técnica para operação do sistema, conforme as exigências desta Portaria e legislações pertinentes;

Declaração, subscritas pelo representante legal da interessada de que não foi declarada inidônea, ou tenha seus direitos suspensos para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual.

Comprovante de pagamento da taxa no valor de R\$500,00

Tipo de processo

Solicitação

Especificação Recredenciamento de representante de empresa pública

e inspetor de trânsito

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Requerimento ao Diretor Geral do DETRAN/MA assinado pelo responsável legal pela empresa, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico, para fins de atendimento ao Art. 12.

Portaria de Nomeação do servidor a ser credenciado como inspetor ou representante

CPF e Carteira de Identidade do servidor a ser credenciado como inspetor ou representante.

Comprovante, atualizado, do vínculo do servidor com a entidade

Certidões negativas de ação criminal da Justiça Estadual

Comprovante de residência

OBS: Mês atual ou imediatamente anterior

OBS: Em caso de comprovante em nome de 3º juntar contrato de locação ou declaração do profissional.

Comprovante de pagamento no valor de R\$ 120,00 no caso de representante e R\$ 150,00 no caso de inspetor de trânsito

Tipo de processo	Solicitação
Especificação Credenciamento de representante de empresa privada c/frota de veículos	
Orientações gerais - Documentos necessários Requerimento ao Diretor Geral do DETRAN/MA assinado pelo responsável legal pela empresa, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico, para fins de atendimento ao Art. 12. Contrato social, devidamente registrado no órgão competente; Todas alterações contratuais, devidamente registradas no órgão competente; Comprovante de Inscrição do CNPJ e Alvará de funcionamento e localização; RG e CPF do representante indicado; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS devidamente anotada para contratos anteriores a 2020, após só serão aceitos comprovante de contrato da CTPS digital (Lei 13874/2020, Art. 5) OBS: Não exigir se for sócio. OBS ² : Os contratos de trabalho só serão aceitos mediante comprovação em CTPS digital (art. 14 da Lei nº 13.874/2019 e Port. 1065 – ME) Antecedentes criminais da Polícia Civil Certidões negativas de ações cível e criminal da Justiça Estadual e Federal Comprovante de residência OBS: Mês atual ou imediatamente anterior OBS ² : Em caso de comprovante em nome de 3º juntar contrato de locação ou declaração do profissional. Comprovante de pagamento no valor de R\$ 150,00 Obs: deve ser enviada pela Controladoria do DETRANET. Obs ² : Último item a ser cobrado. Não pode já estar credenciado para representar outra empresa.	

Tipo de processo	Solicitação
<p>Especificação Credenciamento de empresa de regravação de chassi</p> <p>Orientações gerais</p> <p>-</p> <p>Documentos necessários</p> <p>Requerimento, conforme modelo constante do Anexo I da Portaria nº 1253/2019</p> <p>Contrato, estatuto social e/ou regimento e suas alterações</p> <p>Comprovante de inscrição no CNPJ</p> <p>Certidão negativa de falência ou concordata com data não superior a 30 (trinta) dias da data da apresentação ao DETRAN</p> <p>Certidão de regularidade com o FGTS – CRF</p> <p>Certidões negativas de débitos e dívida ativa das Fazendas Federal, Estadual e Municipal</p> <p>Alvará de funcionamento</p> <p>Alvará de Vistoria do Corpo de Bombeiros</p> <p>Escritura ou contrato de locação do imóvel onde funciona a empresa</p> <p>OBS: Caso haja apresentação de contrato de locação deverá ser apresentada comprovação de propriedade do imóvel do locador</p> <p>Relação nominal do titular ou sócios e dos funcionários especializados em realizar a gravação e regravação de chassi e/ou de motor, com respectivos CPFs</p> <p>RG e CPF dos representantes legais</p> <p>RG e CPF dos responsáveis técnicos</p> <p>Curriculum e comprovante de residência do corpo técnico</p> <p>Certidão negativa criminal dos sócios proprietários da Justiça Estadual e Federal</p> <p>Declaração, conforme Anexo II, assinada por representante da empresa, informando que os seus sócios/diretores não possuem relação de parentesco, até o 3º grau, consanguíneos ou por afinidade, até o terceiro grau, com funcionários do DETRAN/MA, sejam estes concursados, estáveis, contratados, comissionados ou terceirizados</p> <p>De que o titular ou sócios da empresa não são proprietários de estampadoras de placas e tarjetas de veículos automotores no Estado do Maranhão</p> <p>De que a empresa possui em seu quadro pessoal permanente, com experiência e qualificação compatíveis ao exercício das funções indicadas</p> <p>Lista de aparelhamentos e equipamentos, de propriedade da pessoa jurídica, destinados à execução das atividades pretendidas</p> <p>Comprovante de pagamento da taxa no valor de R\$500,00</p> <p>Obs: deve ser enviada pela Controladoria do DETRANET)</p> <p>Obs: último item a ser cobrado</p>	

Tipo de processo**Solicitação**

Especificação Credenciamento da empresa de monitoramento de exame teórico

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Requerimento ao Diretor Geral do DETRAN/MA assinado pelo responsável legal pela empresa, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico

Contrato social, devidamente registrado no órgão competente

Cópia da Carteira de Identidade e CPF dos sócios

Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível aos fins pretendidos para credenciamento

Comprovante de Inscrição do CNPJ

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa

Certidões negativas de débitos e de inscrição em dívida ativa, referentes a tributos e contribuições federais, estaduais e municipais

Certidão de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal

Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica

Declaração de que aceita o credenciamento nas condições estabelecidas neste Regulamento

Declaração de que dispõe de infraestrutura de software e de pessoal técnico de acordo com o item 9.1.12 da Portaria

Termo de compromisso de sigilo das informações

Termo de ciência e disponibilização do ambiente operacional para auditoria técnica e administrativa extraordinária

Termo de compromisso de cumprimento e observância às determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), na qualidade de Operadora de Dados Pessoais

Comprovante de pagamento da taxa no valor de R\$500,00

Tipo de processo	Solicitação
<p>Especificação Credenciamento de empresa de registro de contrato</p> <p>Orientações gerais</p> <p>-</p> <p>Documentos necessários</p> <p>Requerimento, conforme modelo constante do Anexo I da Portaria nº 1435/2019</p> <p>Tempestividade. Protocolado até 17/06/2020</p> <p>Contrato, estatuto social e/ou regimento e suas alterações</p> <p>Comprovante de inscrição no CNPJ</p> <p>Prova de inscrição, no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou domicílio da pessoa jurídica</p> <p>Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica</p> <p>OBS: Data da certidão deve ser de até 30 dias anteriores à entrega</p> <p>Certidões negativas de débitos e dívida ativa das Fazendas Federal, Estadual e Municipal</p> <p>Certidão de regularidade com o FGTS– CRF</p> <p>Prova de inexistência de débitos trabalhistas expedida pela JT</p> <p>Declaração que dispõe de instalações, aparelhamento (incluindo hardwares e software) e pessoal técnico acompanhado de qualificação.</p> <p>Declaração da empresa interessada no credenciamento de que contratará link dedicado exclusivamente para conexão com o DETRAN/MA</p> <p>Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social</p> <p>Capital social integralizado mínimo correspondendo a 10% (dez por cento) do valor estimado dos contratos registrados</p> <p>Declaração assinada por representante da empresa, informando que aceita as regras e condições estabelecidas para a obtenção da homologação do sistema</p> <p>De que não incide nas restrições previstas nos Parágrafos do artigo anterior</p> <p>De que dispõe de infraestrutura física adequada, de recursos tecnológicos de hardware e software e de pessoal técnica para operação do sistema</p> <p>De que não foi declarada inidônea ou tenha seus direitos suspensos para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual</p> <p>De que não presta concomitantemente serviço de anotação de gravame</p> <p>De que manterá filial, representação ou prepostos com endereço fixo na área de circunscrição do DETRAN/MA</p> <p>Comprovante de pagamento da taxa no valor de R\$500,00</p> <p>Encaminhar à Coordenação de Informática com recomendação de envio a Informática</p>	

Tipo de processo	Solicitação
<p>Especificação Credenciamento da empresa de monitoramento de exame teórico</p> <p>Orientações gerais</p> <p>-</p> <p>Documentos necessários</p> <p>Requerimento ao Diretor Geral do DETRAN/MA assinado pelo responsável legal pela empresa, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico</p> <p>Contrato social, devidamente registrado no órgão competente</p> <p>Cópia da Carteira de Identidade e CPF dos sócios</p> <p>Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível aos fins pretendidos para credenciamento</p> <p>Comprovante de Inscrição do CNPJ</p> <p>Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa</p> <p>Certidões negativas de débitos e de inscrição em dívida ativa, referentes a tributos e contribuições federais, estaduais e municipais</p> <p>Certidão de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal</p> <p>Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica</p> <p>Declaração de que aceita o credenciamento nas condições estabelecidas neste Regulamento</p> <p>Declaração de que dispõe de infraestrutura de software e de pessoal técnico de acordo com o item 9.1.12 da Portaria</p> <p>Termo de compromisso de sigilo das informações</p> <p>Termo de ciência e disponibilização do ambiente operacional para auditoria técnica e administrativa extraordinária</p> <p>Termo de compromisso de cumprimento e observância às determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), na qualidade de Operadora de Dados Pessoais</p> <p>Comprovante de pagamento da taxa no valor de R\$500,00</p>	

Tipo de processo	Solicitação
<p>Especificação Credenciamento de empresa de monitoramento de Estampadora de placas</p> <p>Orientações gerais</p> <p>-</p> <p>Documentos necessários</p>	

Requerimento com firma reconhecida em cartório, dirigido à Controladoria do DETRAN/MA

Cópia autenticada do contrato social, acompanhado das alterações posteriores ou da última consolidação e alterações posteriores a esta, arquivados no registro competente

Ata de eleição da diretoria em exercício, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações (cópia autenticada)

Ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício (cópia autenticada)

Prova de inscrição, no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou domicílio da pessoa jurídica, compatível aos fins pretendidos para o credenciamento

Comprovante de inscrição no CNPJ

Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica

OBS: Data da certidão deve ser de até 30 dias anteriores à entrega

Certidões negativas de débitos e dívida ativa das Fazendas Federal, Estadual e Municipal

Certidão de regularidade com o FGTS – CRF

Prova de inexistência de débitos trabalhistas expedida pela Justiça do Trabalho (certidão negativa ou positiva com efeito de negativa)

Declaração que dispõe de instalações, aparelhamento (incluindo hardwares e software) e pessoal técnico acompanhado de qualificação

Declaração da empresa interessada no credenciamento de que contratará servidor dedicado exclusivamente para conexão com o DETRAN/MA, sob suas expensas, sendo instalado e testado, em pleno funcionamento quando esta vier a ser credenciada, sem qualquer custo ao DETRAN/MA

Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da pessoa jurídica, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação do requerimento do credenciamento, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios

Declaração assinada por representante da empresa, informando que:

- a) Aceita as regras e condições estabelecidas para a obtenção da homologação do sistema;
- b) De que não incide nas restrições previstas nos Parágrafos do artigo anterior;
- c) De que dispõe de infraestrutura física adequada, de recursos tecnológicos de hardware e software e de pessoal técnica para operação do sistema;
- d) De que não foi declarada inidônea ou tenha seus direitos suspensos para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual;
- e) De que manterá filial, representação ou prepostos com endereço fixo na área de circunscrição do DETRAN/MA.

Comprovante de pagamento da taxa no valor de R\$500,00 da lei 10.329/2015 (Código Tributário Estadual)

Comprovação da aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto desta Portaria, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado contendo, no mínimo, 10 (dez) funcionalidades previstas no Art. 2º.

Encaminhar à Diretoria Geral

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento de empregados de clínica

Orientações gerais

-

Documentos necessários

CPF e Carteira de Identidade.

Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS devidamente anotada para contratos anteriores a 2020, após só serão aceitos comprovante de contrato da CTPS digital (Lei 13874/2020, Art. 5)

OBS: Não exigir se for sócio.

OBS²: Os contratos de trabalho só serão aceitos mediante comprovação em CTPS digital (art. 14 da Lei nº 13.874/2019 e Port. 1065 – ME)

Comprovante de residência.

OBS: Os comprovantes de residência devem corresponder ao mês atual da sua apresentação ou ao mês imediatamente anterior e, caso esteja em nome de terceiro, deverá estar acompanhado de cópia autenticada de contrato de locação ou declaração assinada pelo beneficiário no sentido de que este reside no endereço indicado

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento de junta psicológica

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Requerimento ao Chefe da Controladoria do DETRAN/MA assinado pelo responsável legal pela empresa, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico

Lista nominal dos sócios, psicólogos e funcionários com indicação dos respectivos números de CPF

Contrato social e alterações contratuais, devidamente registrados no órgão competente

Cartão do CNPJ

Registro, se próprio, ou contrato de locação do imóvel destinado ao funcionamento da empresa

Certidões negativas de débitos e de inscrição em dívida ativa, referentes a tributos e contribuições federais, estaduais e municipais.

Relação descritiva dos aparelhos e equipamentos, com apresentação de notas fiscais expedidas em favor da empresa, ou dos seus sócios, ou apresentação de recibo de compra e venda ou termo de doação com indicação do número de série, marca, modelo e todas as características que os individualizam.

Lista de profissionais, dentre os indicados para o quadro da empresa, que deverão ser habilitados para acesso ao sistema DETRAN/MA, naquilo que for pertinente à sua funcionalidade e operacionalização

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento de psicólogo em junta psicológica

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Carteira profissional do CRP/MA.

2 (dois) anos de graduação em Psicologia;

2 (dois) anos de credenciamento junto ao DETRAN-MA como peritos examinadores de clínicas credenciadas.

Título de Especialista em Psicologia do Trânsito reconhecido pelo CFP

Certificado do Curso de Diretrizes para avaliação clínica e inserção de candidato a condutor com mobilidade reduzida, realizado pela ABRAPSIT.

Comprovante de residência.

OBS: Os comprovantes de residência devem corresponder ao mês atual da sua apresentação ou ao mês imediatamente anterior e, caso esteja em nome de terceiro, deverá estar acompanhado de cópia autenticada de contrato de locação ou declaração assinada pelo beneficiário no sentido de que este reside no endereço indicado.

Certidão negativa de suspensão ou cassação do exercício profissional expedida pelo CRP

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento de sócios

Orientações gerais

-

Documentos necessários

CPF, Carteira de Identidade.

Comprovante de residência.

OBS: Os comprovantes de residência devem corresponder ao mês atual da sua apresentação ou ao mês imediatamente anterior e, caso esteja em nome de terceiro, deverá estar acompanhado de cópia autenticada de contrato de locação ou declaração assinada pelo beneficiário no sentido de que este reside no endereço indicado.

Certidões Negativas de Ações Cível e Criminal da Justiça Estadual e Federal

Certidões Negativas de Ações Cível e Criminal da Justiça Estadual e Federal

Declaração negativa de parentesco dos interessados, na qualidade de proprietários, sócios, representantes ou mandatários da Clínica, e seus cônjuges, como consanguíneos ou por afinidade, até o terceiro grau, com funcionários do DETRAN/MA

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento de junta médica

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Requerimento ao Chefe da Controladoria do DETRAN/MA assinado pelo responsável legal pela empresa, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico

Lista nominal dos sócios, médicos e funcionários com indicação dos respectivos números de CPF

Contrato social e alterações contratuais, devidamente registrados no órgão competente

Cartão do CNPJ

Registro, se próprio, ou contrato de locação do imóvel destinado ao funcionamento da empresa

Certidões negativas de débitos e de inscrição em dívida ativa, referentes a tributos e contribuições federais, estaduais e municipais

Relação descritiva dos aparelhos e equipamentos, com apresentação de notas fiscais expedidas em favor da empresa, ou dos seus sócios, ou apresentação de recibo de compra e venda ou termo de doação com indicação do número de série, marca, modelo e todas as características que os individualizam

Lista de profissionais, dentre os indicados para o quadro da empresa, que deverão ser habilitados para acesso ao sistema DETRAN/MA, naquilo que for pertinente à sua funcionalidade e operacionalização

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento de médico em junta médica

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Carteira profissional do CRM/MA

2 (dois) anos de graduação em Medicina

2 (dois) anos de credenciamento junto ao DETRAN-MA como médicos de clínicas credenciadas;

Título de Especialista em Medicina de Tráfego ou Capacitação de acordo com o programa aprovado pela Comissão Nacional de Residência Médica – CNRM e com as normas da Associação Médica Brasileira – AMB e do Conselho Federal de

Medicina - CFM ou Capacitação de acordo com o programa aprovado pela Comissão

Certificado do Curso de Diretrizes para avaliação clínica e inserção de candidato a condutor com mobilidade reduzida, realizado pela ABRAMET.

Comprovante de residência.

OBS: Os comprovantes de residência devem corresponder ao mês atual da sua apresentação ou ao mês imediatamente anterior e, caso esteja em nome de terceiro, deverá estar acompanhado de cópia autenticada de contrato de locação ou declaração assinada pelo beneficiário no sentido de que este resida no endereço indicado.

Certidão negativa de suspensão ou cassação do exercício profissional expedida pelo CRM

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento de inspetor - detran/ma

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Requerimento ao Diretor Geral do DETRAN/MA, assinado pelo gestor público responsável, constando indicação do endereço eletrônico, nos termos do art.12; Portaria de Nomeação do servidor a ser credenciado como inspetor ou representante

CPF e Carteira de Identidade do servidor a ser credenciado como inspetor ou representante

Comprovante, atualizado, do vínculo do servidor com a entidade

Certidão Negativa de Ações Criminais da Justiça Estadual (resolução dada pela portaria nº. 1079/2016);

Comprovante de residência, atualizado nos termos do § 4º, art. 27

Pagamento de taxa de serviço de credenciamento está condicionado ao deferimento do pedido no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais).

Obs: deve ser enviada pela Controladoria do DETRANET)

Obs: último item a ser cobrado

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento de sócio - CFC

Orientações gerais

-

Documentos necessários

CPF, Carteira de Identidade

Certidões Negativas de Ações Criminal da Justiça Estadual

Comprovante de residência

OBS: Os comprovantes de residência devem corresponder ao mês atual da sua apresentação ou ao mês imediatamente anterior e, caso esteja em nome de

terceiro, deverá estar acompanhado de cópia autenticada de contrato de locação ou declaração assinada pelo beneficiário no sentido de que este reside no endereço indicado

Declaração Negativa de Parentesco

Alteração do Contrato Social

OBS: Não cobrar para o sócio em primeiro ou renovação do credenciamento do CFC

Comprovante de pagamento da taxa de alteração de credenciamento R\$277,64

OBS: não exigir em processo de primeiro credenciamento do CFC ou de renovação do credenciamento do CFC

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento de instrutores - CFC

Orientações gerais

Documentos necessários

Carteira Nacional de Habilitação válida

OBS: Não cobrar na renovação do credenciamento

Diploma ou certificado de curso de ensino médio completo expedido por instituição de ensino devidamente credenciada pelo órgão competente

OBS: Não cobrar na renovação do credenciamento

Certificado de Conclusão de Curso de capacitação específica para a atividade de Instrutor de Trânsito e curso de direção defensiva e primeiros socorros

Comprovante de residência

OBS: Os comprovantes de residência devem corresponder ao mês atual da sua apresentação ou ao mês imediatamente anterior e, caso esteja em nome de terceiro, deverá estar acompanhado de cópia autenticada de contrato de locação ou declaração assinada pelo beneficiário no sentido de que este reside no endereço indicado

Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS devidamente anotada para contratos anteriores a 2020 (Lei 13874/2020, Art. 5)

OBS: Não exigir se for sócio

OBS²: Os contratos de trabalho só serão aceitos mediante comprovação em CTPS digital (art. 14 da Lei nº 13.874/2019 e Port. 1065 – ME)

Certidão negativa do registro de distribuição e de execuções criminais referentes à prática de crimes, expedidas no local de seu domicílio ou residência

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento de CFC - 2024

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Requerimento ao Diretor Geral do DETRAN/MA assinado pelo responsável legal pela empresa, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico

Autorização para pedido de primeiro credenciamento

Obs: Verificar se interessado protocolou dentro dos 150 dias

Lista nominal dos sócios e demais profissionais da empresa com indicação da função e dos CPFs.

Contrato social, devidamente registrado no órgão competente.

Comprovante de Inscrição do CNPJ e Inscrição Municipal.

OBS: Não cobrar em renovação do credenciamento.

Registro do imóvel, se próprio, ou contrato de locação do imóvel destinado ao funcionamento da empresa.

OBS: Caso haja apresentação de contrato de locação deverá ser apresentada comprovação de propriedade do imóvel do locador.

Certidões negativas de débitos e de inscrição em dívida ativa, referentes a tributos e contribuições federais, estaduais e municipais.

OBS: As certidões estaduais são duas: certidão negativa de débitos e certidão negativa de dívida ativa.

Relação de veículos a serem credenciados, indicando placa, marca/modelo, cor e ano de fabricação, com cópias de CRV (Certificado de Registro de Veículos).

OBS: Não cobrar cópia do CRV na renovação de credenciamento.

Relação descritiva dos aparelhos e equipamentos, com apresentação de notas fiscais expedidas em favor da empresa, ou dos seus sócios.

OBS: exigir apenas no primeiro credenciamento

Tipo de processo

Solicitação

Especificação Exame teórico de CFC

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Requerimento ao Diretor Geral do DETRAN/MA assinado pelo responsável legal pela empresa, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico

Sala com dimensão mínima de 6m² para cada estação (com mesa de dimensões mínimas CxLxA – 70x60x75)

Declaração da empresa responsável pelo sistema de monitoramento de que o sistema está operacional.

Tipo de processo

Solicitação

Especificação Mudança de endereço de CFC

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Requerimento ao Diretor Geral do DETRAN/MA assinado pelo responsável legal pela empresa, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico

Comprovante de Inscrição do CNPJ e Inscrição Municipal

Habite-se do imóvel

Alvará de funcionamento

Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros

Planta baixa devidamente assinada por técnico competente

Contrato de locação ou comprovação de sua propriedade

OBS: Caso haja apresentação de contrato de locação deverá ser apresentada comprovação de propriedade do imóvel do locador.

Alteração do Contrato Social

Comprovante de pagamento da taxa de alteração de credenciamento R\$277,64

Tipo de processo	Solicitação
-------------------------	--------------------

Especificação Credenciamento de diretor de ensino - 2024

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Carteira Nacional de Habilitação válida e Cadastro de Pessoa Física – CPF

OBS: não cobrar para renovação do credenciamento

Diploma ou certificado de curso ensino médio completo expedido por instituição de ensino devidamente credenciada pelo órgão competente

OBS: não cobrar para renovação do credenciamento

Certificado de Conclusão de Curso de capacitação específica para a atividade de Diretor de Ensino

Comprovante de residência

OBS: Os comprovantes de residência devem corresponder ao mês atual da sua apresentação ou ao mês imediatamente anterior e, caso esteja em nome de terceiro, deverá estar acompanhado de cópia autenticada de contrato de locação ou declaração assinada pelo beneficiário no sentido de que este reside no endereço indicado.

Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS devidamente anotada para contratos anteriores a 2020, após só serão aceitos comprovante de contrato da CTPS digital (Lei 13874/2020, Art. 5)

OBS: Não exigir se for sócio.

OBS²: Os contratos de trabalho só serão aceitos mediante comprovação em CTPS digital (art. 14 da Lei nº 13.874/2019 e Port. 1065 – ME)

Certidão negativa do registro de distribuição e de execuções criminais referentes à prática de crimes, expedidas no local de seu domicílio ou residência.

No mínimo 21 (vinte e um) anos de idade

No mínimo dois anos de habilitação

O Diretor de Ensino deverá estar vinculado apenas a um CFC
Sendo já Diretor Geral, não pode estar credenciado em outro CFC, OBS.: Solicitar primeiro o descredenciamento do CFC anterior e notificar informando um prazo para apresentar outro Diretor;

OBS²: O Diretor que acumula as 2 funções não poderá ministrar aulas práticas, ainda que excepcionais, sem prévia autorização do DETRAN, ou seja, somente teóricas.

Comprovante de pagamento da taxa de alteração de credenciamento R\$277,64.

OBS: não exigir em processo de primeiro credenciamento do CFC ou de renovação do credenciamento do CFC

Tipo de processo	Solicitação
<p>Especificação Credenciamento de diretor geral -2024</p> <p>Orientações gerais</p> <p>-</p> <p>Documentos necessários</p> <p>Carteira Nacional de Habilitação válida e Cadastro de Pessoa Física – CPF</p> <p>OBS: não cobrar para renovação do credenciamento</p> <p>Diploma ou certificado de curso Médio completo expedido por instituição de ensino devidamente credenciada pelo órgão competente</p> <p>OBS: não cobrar para renovação do credenciamento</p> <p>Certificado de Conclusão de Curso de capacitação específica para a atividade de Diretor Geral</p> <p>Comprovante de residência</p> <p>OBS: Os comprovantes de residência devem corresponder ao mês atual da sua apresentação ou ao mês imediatamente anterior e, caso esteja em nome de terceiro, deverá estar acompanhado de cópia autenticada de contrato de locação ou declaração assinada pelo beneficiário no sentido de que este reside no endereço indicado.</p> <p>Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS devidamente anotada para contratos anteriores a 2020, após só serão aceitos comprovante de contrato da CTPS digital (Lei 13874/2020, Art. 5)</p> <p>OBS: Não exigir se for sócio.</p> <p>OBS²: Os contratos de trabalho só serão aceitos mediante comprovação em CTPS digital (art. 14 da Lei nº 13.874/2019 e Port. 1065 – ME)</p> <p>Certidão negativa do registro de distribuição e de execuções criminais referentes à prática de crimes, expedidas no local de seu domicílio ou residência.</p> <p>No mínimo 21 (vinte e um) anos de idade</p> <p>No mínimo dois anos de habilitação</p>	

O Diretor Geral, sendo o mesmo que o de Ensino, deve ser vinculado apenas à um CFC

OBS.: Solicitar primeiro o descredenciamento do CFC anterior e notificar informando um prazo para apresentar outro Diretor

OBS²: O Diretor que acumula as 2 funções não poderá ministrar aulas práticas, ainda que excepcionais, sem prévia autorização do DETRAN, ou seja, somente teóricas.

O Diretor Geral, não sendo o mesmo que o de Ensino, pode estar credenciado em no máximo 2 (dois) CFCs, EXCETO:

- a) em municípios distintos com distância entre si superior a 400 (quatrocentos) quilômetros;
- b) credenciados na categoria "AB" ou "B" e possuam, individualmente, frota veicular igual ou superior a 12 (doze) veículos;
- c) qualquer um deles, com índices de aprovação de seus candidatos inferior ao mínimo, 60% (sessenta por cento) nos exames, tanto teóricos quanto práticos, considerados os 12 (doze) meses anteriores ao mês do pleito do segundo vínculo. Comprovante de pagamento da taxa de alteração de credenciamento R\$277,64.

OBS: não exigir em processo de primeiro credenciamento do CFC ou de renovação do credenciamento do CFC.

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento de diretor geral e de ensino

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Carteira Nacional de Habilitação válida e Cadastro de Pessoa Física – CPF

OBS: não cobrar para renovação do credenciamento

Diploma ou certificado de curso ENSINO MÉDIO completo expedido por instituição de ensino devidamente credenciada pelo órgão competente

OBS: não cobrar para renovação do credenciamento

Certificado de Conclusão de Curso de capacitação específica para a atividade de Diretor de Ensino e Geral

Comprovante de residência

OBS: Os comprovantes de residência devem corresponder ao mês atual da sua apresentação ou ao mês imediatamente anterior e, caso esteja em nome de terceiro, deverá estar acompanhado de cópia autenticada de contrato de locação ou declaração assinada pelo beneficiário no sentido de que este reside no endereço indicado.

Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS devidamente anotada para contratos anteriores a 2020, após só serão aceitos comprovante de contrato da CTPS digital (Lei 13874/2020, Art. 5)

OBS: Não exigir se for sócio.

OBS²: Os contratos de trabalho só serão aceitos mediante comprovação em CTPS digital (art. 14 da Lei nº 13.874/2019 e Port. 1065 – ME)

Certidão negativa do registro de distribuição e de execuções criminais referentes à prática de crimes, expedidas no local de seu domicílio ou residência.

No mínimo 21 (vinte e um) anos de idade

No mínimo dois anos de habilitação

O Diretor Geral, não sendo o mesmo que de Ensino, somente pode estar credenciado em no máximo 2 (dois) CFCs, EXCETO:

a) em municípios distintos com distância entre si superior a 400 km;

b) credenciados na categoria "AB" ou "B" e possuam, individualmente, frota veicular igual ou superior a 12 (doze) veículos;

c) qualquer um deles, com índices de aprovação de seus candidatos inferior ao mínimo, 60% (sessenta por cento) nos exames, tanto teóricos quanto práticos, considerados os 12 (doze) meses anteriores ao mês do pleito do segundo vínculo.

O Diretor de Ensino deverá estar vinculado apenas a um CFC mesmo que acumule as 2 funções;

OBS: O Diretor que acumula as 2 funções não poderá ministrar aulas práticas, ainda que excepcionais, sem prévia autorização do DETRAN, ou seja, somente teóricas.

Comprovante de pagamento da taxa de alteração de credenciamento R\$ 277,64.

OBS: não exigir em processo de primeiro credenciamento do CFC ou de renovação do credenciamento do CFC

Tipo de processo	Solicitação
-------------------------	--------------------

Especificação Credenciamento de funcionário - 2022

Orientações gerais

-

Documentos necessários

CPF e Carteira de Identidade

OBS: Não cobrar na renovação do credenciamento

Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS devidamente anotada para contratos anteriores a 2020, após só serão aceitos comprovante de contrato da CTPS digital (Lei 13874/2020, Art. 5)

OBS: Não exigir se for sócio.

OBS²: Os contratos de trabalho só serão aceitos mediante comprovação em CTPS digital (art. 14 da Lei nº 13.874/2019 e Port. 1065 – ME)

Comprovante de residência.

OBS: Os comprovantes de residência devem corresponder ao mês atual da sua apresentação ou ao mês imediatamente anterior e, caso esteja em nome de terceiro, deverá estar acompanhado de cópia autenticada de contrato de locação ou declaração assinada pelo beneficiário no sentido de que este reside no endereço indicado

Comprovante de pagamento da taxa no valor de R\$150,00,

OBS: não exigir em processo de primeiro credenciamento do CFC ou de renovação do credenciamento do CFC

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento de instrutor-2024

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Carteira Nacional de Habilitação válida

OBS: Não cobrar na renovação do credenciamento

Diploma ou certificado de curso de ensino médio completo expedido por instituição de ensino devidamente credenciada pelo órgão competente

OBS: Não cobrar na renovação do credenciamento

Certificado de Conclusão de Curso de capacitação específica para a atividade de Instrutor de Trânsito e curso de direção defensiva e primeiros socorros

Comprovante de residência

OBS: Os comprovantes de residência devem corresponder ao mês atual da sua apresentação ou ao mês imediatamente anterior e, caso esteja em nome de terceiro, deverá estar acompanhado de cópia autenticada de contrato de locação ou declaração assinada pelo beneficiário no sentido de que este reside no endereço indicado.

Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS devidamente anotada para contratos anteriores a 2020 (Lei 13874/2020, Art. 5)

OBS: Não exigir se for sócio

OBS²: Os contratos de trabalho só serão aceitos mediante comprovação em CTPS digital (art. 14 da Lei nº 13.874/2019 e Port. 1065 – ME)

Certidão negativa do registro de distribuição e de execuções criminais referentes à prática de crimes, expedidas no local de seu domicílio ou residência.

Não estar vinculado a CFC com mais de 400 (quilômetros) de CFC que já esteja credenciado

Ter, pelo menos, 2 (dois) anos de efetiva habilitação legal para a condução de veículo

Não ter sofrido penalidade de cassação de CNH

Não ter cometido nenhuma infração de trânsito de natureza gravíssima nos últimos 60 (sessenta) dias

Comprovante de pagamento da taxa de alteração de credenciamento R\$277,64.

OBS: não exigir em processo de primeiro credenciamento do CFC ou de renovação do credenciamento do CFC

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento de simulador - 2020

Orientações gerais

Documentos necessários

Requerimento solicitando a mudança de endereço do simulador

Projeto arquitetônico com layout mobiliário, assinado por responsável técnico, demonstrando a área do CFC que servirá como local de instalação do equipamento simulador de direção

Relação de modelos devidamente homologados para o cadastramento e autorização de uso no sistema (documentos fornecidos pela empresa de simulador)

Comprovante de registro de propriedade ou contrato de locação

Obs: exigível somente quando o simulador for instalado em local diverso do CFC

Certificado do Corpo de Bombeiros

Obs: exigível somente quando o simulador for instalado em local diverso do CFC

Comprovante de pagamento da taxa no valor de R\$ 150,00

Tipo de processo	Solicitação
-------------------------	--------------------

Especificação Credenciamento de sócio-2024

Orientações gerais

Documentos necessários

CPF, Carteira de Identidade

Certidões Negativas de Ações Criminal da Justiça Estadual

Comprovante de residência

OBS: Os comprovantes de residência devem corresponder ao mês atual da sua apresentação ou ao mês imediatamente anterior e, caso esteja em nome de terceiro, deverá estar acompanhado de cópia autenticada de contrato de locação ou declaração assinada pelo beneficiário no sentido de que este reside no endereço indicado

Declaração Negativa de Parentesco

Alteração do Contrato Social

OBS: Não cobrar para o sócio em primeiro ou renovação do credenciamento do CFC

Comprovante de pagamento da taxa de alteração de credenciamento R\$277,64.

OBS: não exigir em processo de primeiro credenciamento do CFC ou de renovação do credenciamento do CFC

Tipo de processo	Solicitação
-------------------------	--------------------

Especificação Credenciamento de v. novo - 0 km - 2024

Orientações gerais

Documentos necessários

Requerimento destinado à Coordenação de Veículos ou a respectiva CIRETRAN, devidamente assinado pelo representante legal do CFC, acompanhado de cópia do seu RG e CPF, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico;

Nota Fiscal do veículo;

Comprovante de Inscrição do CNPJ do CFC proprietário;

Primeira Vistoria (antes do CSV);

Certificado de Segurança Veicular;

Nota: não necessário para credenciamento de motocicletas

Segunda Vistoria (Após CSV);

Nota: não é necessário para credenciamento de motocicletas.

Contrato Social do CFC proprietário;

Nota: se houver mudança de propriedade o Contrato Social deve ser do CFC comprador

Nota 2: Se a empresa for firma individual, deve ser cobrado Termo de Firma Individual da JUCEMA

Comprovante de pagamento da taxa de alteração de credenciamento R\$277,64.

OBS: não exigir em processo de primeiro credenciamento do CFC ou de renovação do credenciamento do CFC

Tipo de processo

Solicitação

Especificação Para credenciamento de veículo para portador de necessidade especial

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Requerimento destinado à Diretoria Geral, devidamente assinado pelo representante legal do CFC, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico

Laudo Pericial da Junta Médica de Saúde

Ficha de Vistoria do veículo (atestando que a adaptação está de acordo com o Laudo)

Licença de Aprendizagem de Direção Veicular (LADV) válida

Autorização do proprietário do veículo assinada com reconhecimento de firma, se for o caso

Comprovante de pagamento da taxa de alteração de credenciamento R\$277,64

Tipo de processo

Solicitação

Especificação Credenciamento de veículo seminovo de categoria aprendizagem

Orientações gerais

Documentos necessários

Requerimento destinado à Coordenação de Veículos ou a respectiva CIRETRAN, devidamente assinada pelo representante legal do CFC, acompanhado de cópia do seu RG e CPF, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico

Autorização de Vistoria (AC/CFC), fornecida pela Controladoria

Verificar se o veículo já se encontra descredenciado do CFC anterior
Vistoria DETRAN

CRV (em original) do veículo, comprovando a alteração de propriedade

Comprovante de Inscrição do CNPJ do CFC proprietário

Contrato Social do CFC proprietário (adquirente)

Nota: se houver mudança de propriedade o Contrato Social deve ser do CFC comprador.

Nota 2: Se a empresa for firma individual, deve ser cobrado Termo de Firma Individual da JUCEMA

Contrato Social da empresa vendedora

Comprovante de pagamento da taxa de alteração de credenciamento R\$277,64.

OBS: não exigir em processo de primeiro credenciamento do CFC ou de renovação do credenciamento do CFC

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento de veículo seminovo de categoria particular

Orientações gerais

Documentos necessários

Requerimento destinado à Coordenação de Veículos ou a respectiva CIRETRAN, devidamente assinado pelo representante legal do CFC, acompanhado de cópia do seu RG e CPF do comprador e vendedor, constando a indicação do número de telefone e endereço eletrônico.

Autorização de Credenciamento (AC/CFC), fornecida pela Controladoria

CRV/ATPV (em original) do veículo, comprovando a alteração de propriedade com as firmas reconhecidas em cartório (rec. por autenticidade)

Comprovante de Inscrição do CNPJ do CFC proprietário

Primeira Vistoria (antes do CSV)

Certificado de Segurança Veicular

Nota: não necessário para credenciamento de motocicletas

Segunda Vistoria (Após CSV).

Nota: não necessário para credenciamento de motocicletas

Contrato Social do CFC proprietário.

Nota: Se a empresa for firma individual, deve ser cobrado Termo de Firma Individual da JUCEMA.

Comprovante de pagamento da taxa de alteração de credenciamento R\$277,64.

OBS: não exigir em processo de primeiro credenciamento do CFC ou de renovação do credenciamento do CFC

Contrato Social do vendedor se for pessoa jurídica

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Descredenciamento de profissional

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Requerimento pedindo descredenciamento destinado ao Controlador do DETRAN/MA assinado pelo responsável legal pela empresa, constando indicação do nome completo do profissional, CPF, do número de telefone e endereço eletrônico.

Carteira Nacional de Habilitação válida, ou documento de identificação com CPF.

OBS: não cobrar para renovação do credenciamento

O CFC deu entrada ao processo de credenciamento de Diretor ou credenciamento de Instrutor concomitante ao processo de descredenciamento pois não pode funcionar sem 1 (um) Diretor credenciado e, pelo menos, 2 (dois) Instrutores.

Comprovante de pagamento da taxa de alteração de credenciamento R\$277,64.

OBS: não exigir em processo de renovação do credenciamento do CFC

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Descredenciamento sem mudança de categoria

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Requerimento acompanhado de cópia do seu RG e CPF.

CRV (cópia autenticada) do veículo, comprovando a alteração de propriedade.

Comprovante de pagamento da taxa de alteração de credenciamento no valor de R\$277,64.

OBS: não exigir em processo de primeiro credenciamento do CFC ou de renovação do credenciamento do CFC.

Inserir dados do processo e do veículo na planilha de descredenciamento de veículos

Verificar no Sistema que o CFC tem o quantitativo mínimo de veículos além do veículo que está sendo descredenciado

Mínimo: 2 automóveis e 2 motos

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Descredenciamento com mudança de categoria

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Requerimento acompanhado de cópia do seu RG e CPF

Comprovante de pagamento da taxa de alteração de credenciamento no valor de R\$277,64.

OBS: não exigir em processo de primeiro credenciamento do CFC ou de renovação do credenciamento do CFC

Verificar no Sistema que o CFC tem o quantitativo mínimo de veículos além do veículo que está sendo descredenciado

Mínimo: 2 automóveis e 2 motos

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Credenciamento de deslocamento de CFC

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Requerimento do CFC à Controladoria assinado pelo responsável legal pela empresa, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico

OBS.: O CFC somente poderá solicitar deslocamento até o máximo de 3 (três) vezes por ano para cada município.

Informar o período de aulas

Período máximo: 30 dias

Somente será autorizada a realização de cursos e exames fora do município de atuação do CFC, se na localidade pretendida não houver: CFC credenciado ou, em havendo, se este não possuir veículo da mesma categoria para a qual se requer o curso ou exame. Quando houver mais de um pedido de deslocamento para o mesmo município, prevalecerá o pedido do primeiro solicitante.

O deslocamento está condicionado a município que esteja registrado no Sistema Nacional de Trânsito e, se for o caso, com pista homologada pelo DETRAN/MA.

Somente poderá ser deslocado para exame prático, o veículo do CFC do mesmo CNPJ que realizou as aulas práticas.

Fazer a autorização no modelo de Autorização Especial eletrônica

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Homologação de pista

Orientações gerais

Documentos necessários

Requerimento destinado ao Diretor Operacional com os dados do requerente, endereço do local, município e destinação do espaço público (para Exame Prático para veículos de 2 (duas) e/ou 4(quatro) rodas), devidamente assinado; Termo, autorização, contrato de aluguel, ou documento de posse que comprove a cessão do espaço. Em caso de espaço público, documento do poder público assinado pelo secretário ou prefeito que autorize o uso do espaço para finalidade;

Croqui e Fotos nítidas do local;

Após toda documentação sanada , a Controladoria encaminha o processo para Coordenação de Educação Para o Trânsito para a Divisão de Engenharia agendar vistoria no local com o engenheiro do Detran para anexar o Relatório Técnico;

Relatório Técnico, emitido pela Divisão de Engenharia do DETRAN-MA favorável; Controladoria elabora a portaria para o Diretor Geral assinar

Tipo de processo

Solicitação

Especificação CFC empresa – recredenciamento 2024

Orientações gerais

Documentos necessários

Requerimento ao Chefe da Controladoria do DETRAN/MA assinado pelo responsável legal pela empresa, constando indicação do número de telefone e endereço eletrônico, para fins de atendimento.

Relação nominal dos sócios e profissionais com indicação dos respectivos números de CPF

Relação atualizada de veículos para recredenciamento.

Obs.: Observar se atende o requisito da temporalidade máxima permitida para cada veículo.

Obs.2: Fazer Notificação para o CFC mudar a categoria e/ou propriedade dos veículos não listados.

Última alteração contratual ou declaração de não ter realizado alteração contratual desde último recredenciamento.

Certidões negativas de débitos e de inscrição em dívida ativa, referentes a tributos e contribuições federais, estaduais (são 2 – ND e NDA) e municipais.

Alvará de localização e funcionamento fornecido pelo órgão competente vigente.

OBS: Verificar se houve mudança de endereço

Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros vigente

Comprovante de Inscrição no CNPJ

Portaria ou termo de cessão de simulador

Obs: não obrigatório

Obs²: revogada o compartilhamento de motocicletas e ciclomotor
Comprovante de pagamento da taxa de Recredenciamento. OBS: R\$ 1.249,39

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Recredenciamento - diretores geral e ensino

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Certificado de conclusão de formação ou de atualização, (OBS: validade de seis anos);

As 3 (três) últimas guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, antes GFIP agora FGTS Digital e DCTFweb, quando não se tratar de sócio;

OBS.: relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP.

Certidão negativa do registro de distribuição e de execuções criminais referentes à prática de crimes, expedidas no local de seu domicílio ou residência;

O Diretor de Ensino deverá estar vinculado apenas a um CFC;

OBS: De acordo com o quadro de pessoal mínimo pra um CFC funcionar, deve ter 1(um) Geral e 1(um) de Ensino, sendo que o Diretor só pode acumular com a função de Instrutor, Colaborador. O Diretor Geral, pode estar credenciado em no máximo 2 (dois) CFCs, em municípios distintos com distância entre si inferior a 400 km

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Recredenciamento 2 - instrutores

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Certificado de conclusão de formação ou de atualização, (validade de seis anos)

As 3 (três) últimas guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, antes GFIP agora FGTS Digital e DCTFweb, quando não se tratar de sócio;

OBS.:relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP

Certidão negativa do registro de distribuição e de execuções criminais referentes à prática de crimes, expedidas no local de seu domicílio ou residência

Não estar vinculado a CFC com mais de 400 km de CFC que já esteja credenciado

Não ter sofrido penalidade de cassação de CNH

Não ter cometido nenhuma infração de trânsito de natureza gravíssima nos últimos 60 (sessenta) dias

OBS: Os documentos devem estar em cópia autenticada ou conferida com original

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Recredenciamento 4 - instrutores

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Certificado de conclusão de formação ou de atualização, (validade de seis anos)

As 3 (três) últimas guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, antes GFIP agora FGTS Digital e DCTFweb, quando não se tratar de sócio;

OBS.:relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP.

Certidão negativa do registro de distribuição e de execuções criminais referentes à prática de crimes, expedidas no local de seu domicílio ou residência.

Não estar vinculado a CFC com mais de 400 km de CFC que já esteja credenciado.

Não ter sofrido penalidade de cassação de CNH.

Não ter cometido nenhuma infração de trânsito de natureza gravíssima nos últimos 60 (sessenta) dias.

OBS: Os documentos devem estar em cópia autenticada ou conferida com original

Tipo de processo	Solicitação
------------------	-------------

Especificação Recredenciamento 4.1 - instrutores

Orientações gerais

-

Documentos necessários

Certificado de conclusão de formação ou de atualização, (validade de seis anos)

As 3 (três) últimas guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, antes GFIP agora FGTS Digital e DCTFweb, quando não se tratar de sócio;

OBS.:relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP.

Certidão negativa do registro de distribuição e de execuções criminais referentes à prática de crimes, expedidas no local de seu domicílio ou residência

Não estar vinculado a CFC com mais de 400 km de CFC que já esteja credenciado

Não ter sofrido penalidade de cassação de CNH

Não ter cometido nenhuma infração de trânsito de natureza gravíssima nos últimos 60 (sessenta) dias

OBS: Os documentos devem estar em cópia autenticada ou conferida com original

Tipo de processo**Solicitação****Especificação** CFC recredenciamento 1 a 3 - funcionários**Orientações gerais**

-

Documentos necessários

As 3 (três) últimas guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, antes GFIP agora FGTS Digital e DCTFweb, quando não se tratar de sócio;

OBS.: relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP

OBS: Os documentos devem estar em cópia autenticada ou conferida com original

Tipo de processo**Solicitação De Pagamento****Especificação****Orientações gerais**

Processo dedicado a Empresas Pessoas físicas contratadas pelo DETRAN, e que pleiteiam o recebimento de valores contratuais

Documentos necessários

Ofício com solicitação

Nota Fiscal

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou CPF (caso pessoa física)

Prova de regularidade com a Fazenda Federal

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

Prova de Regularidade ao FGTS (somente para empresas)

Certidão Negativa de Débitos Estadual

Certidão de Negativa Dívida Ativa Estadual

Certidão da CAEMA (ou que não utilize esse serviço)

Certidão Negativa de Regularidade Municipal

Tipo de processo**Solicitações e/ou Comunicados - Por ofícios****Especificação****Orientações gerais**

Processo dedicado a Empresas Pessoas físicas contratadas pelo DETRAN, e que desejam enviar documentos e informações acerca de seus contratos

Documentos necessários

Ofício com solicitação

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

Prova de regularidade com a Fazenda Federal

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

Prova de Regularidade do FGTS
Certidão Negativa de Débitos Estadual
Certidão de Negativa Dívida Ativa Estadual;
Certidão da CAEMA (ou que não utilize esse serviço)
Certidão Negativa de Regularidade Municipal

ESSES SÃO OS TODOS OS TIPOS DE PROCESSOS DISPONÍVEIS NO DETRAN



Insira as informações com atenção e, caso tenha alguma dúvida, consulte a área de Manuais no Portal do SEI e veja o passo a passo para peticionar um processo, elaborado por cada um dos órgãos.

Após confirmar os dados, anexar o documento, clique em “**Peticionar**”.

Você receberá um recibo do Protocolo em seu e-mail e também poderá acessá-lo na área de Recibos Eletrônicos. Após isso, novas ações dentro do processo criado só poderão ser realizadas com a liberação do órgão para o qual você direcionou.

Caso precise, você poderá acompanhar o andamento do processo por meio da função “Consulta Pública” do SEI, disponível em nosso portal.

ATENÇÃO: Os processos classificados como restrito não são disponibilizados pela função “Consulta Pública”. Nestes casos, entre em contato diretamente com o órgão interessado para solicitar a liberação do seu acesso ao processo.

Esperamos que esse manual tenha lhe ajudado!

Ainda tem dúvidas? Consulte nosso FAQ com as perguntas frequentes do Portal do SEI.

Até breve!

Equipe #GestãoSEI